

**A RESISTÊNCIA EM *A ILHA SOB O MAR*:
PRODUÇÃO DE POSSIBILIDADES NO CONTEXTO COLONIAL**

**THE RESISTANCE ON “ISLAND BENEATH THE SEA”.
PRODUCTION OF POSSIBILITIES IN THE COLONIAL CONTEXT.**

Isabella Giordano BEZERRA¹

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise do romance *A ilha sob o mar*, de Isabel Allende (2019), com o objetivo de compreender as condições de existência das populações negras no cenário colonial das Américas. São levantadas três questões que são entrelaçadas pelo enredo: a resistência como prática afirmativa, a desumanização da mulher negra e a concepção da diferença racial. Glissant (2005) é uma das principais referências utilizadas para pensar a resistência como produção de possibilidade. A partir da observação das coalizões que aparecem no romance, é realizada uma análise das relações de gênero com foco na protagonista em sua condição de mulher negra e escravizada. As propostas de Lugones (2019) permitirá uma perspectiva crítica da especificidade dessa condição. A partir da representação do colonizador, são levantadas reflexões sobre os modos de operação do pensamento racista que procura racionalizar a diferença racial como desviação, conceito proposto por Deleuze e Guattari (2012). Como conclusão é observado o modo como o entrelaçamento dessas três temáticas permite a evidência de uma transformação intersubjetiva que ocorre como consequência da conquista da liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: A ilha sob o mar, resistência, colonização, raça, gênero.

ABSTRACT: This work proposes an analysis of Isabel Allende's novel “Island beneath the sea” (2019), in order to understand the conditions of existence of black populations in the colonial scenery of the Americas. Three issues are risen, intertwined by the plot: resistance as an affirmative practice, the dehumanization of black women and the conception of racial difference. Glissant (2005) is one of the main references used to think of resistance as a production of possibility. Based on the observation of the coalitions that appear in the novel, an analysis of gender relations is carried out, focusing on the condition of the protagonist as a black and enslaved woman. To this end, Lugones's (2019) proposals will allow a critical perspective of the specificity of this condition. From the representation of the colonizer, reflections are arisen upon the modes of operation of racist thought that seeks to rationalize racial difference as deviance, a concept proposed by Deleuze and Guattari (2012). As a conclusion, it is observed how the entanglement of these three themes allows the evidence of an intersubjective transformation that occurs as a consequence of the conquest of freedom.

KEYWORDS: Island beneath the sea, resistance, colonization, race, gender.

Introdução

Escrito pela chilena Isabel Allende, *A ilha sob o mar* é um romance histórico que se passa no contexto da colonização das Américas. O enredo se iniciando em Saint-Domingue,

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação de Letras pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco - Brasil. giordano.bella@gmail.com.

passando por Cuba e terminando em Nova Orleans, de modo a permitir uma análise dos deslocamentos populacionais no período colonial. Nele, acompanhamos o cruzamento das vidas de vários personagens que precisam lidar com as demandas do contexto sociocultural a partir de locais sociais diversos.

É possível afirmar que, no romance, o contexto histórico ganha primeiro plano, de forma que os personagens aparecem quase como *background*. Essa escolha de organização narrativa permite que Allende desenvolva a percepção de uma realidade sociocultural que irrompe de modo implacável sobre as vidas individualizadas. Apesar disso, a autora evidencia que os locais de classe, raça e gênero definem o grau de liberdade que cada personagem consegue articular dentro da realidade colonial².

O texto é narrado, em sua preponderância, em terceira pessoa. Porém, o narrador onisciente é interrompido por capítulos agenciados pela voz da protagonista: Zarité, uma mulher negra e escravizada. Ao contrapor a objetividade do relato histórico com ponto de vista subjetivo de uma personagem que circula entre minorias sociais, Allende nos permite questionar a narrativa “oficial” da história eurocentrada. É por intermédio da voz de Zarité que é possível observar os modos que o imaginário e a cultura dos povos escravizados oferecem uma resistência à suposta racionalidade do relato do colonizador.

Levantamos três questões teóricas que são entrelaçadas pelo enredo do romance: a) a resistência como produção de possibilidade, b) a desumanização da mulher negra e c) a possibilidade de pensar a raça como diferença. Quando nos referirmos à raça, estaremos remetendo às definições de Mbembe (2018). Segundo o teórico, a raça é “uma forma mais ou menos codificada de divisão e organização das multiplicidades, fixando-as e distribuindo-as ao longo de uma hierarquia e repartindo-as dentro de espaços mais ou menos estanques” (MBEMBE, 2018, p. 74). Essa forma, porém, não decorre apenas de um efeito ótico, mas também do desejo de estabelecer e de afirmar o poder. Como consequência, a raça se converte em uma estrutura imaginária que “escapa às limitações do concreto, do sensível e do finito, ao mesmo tempo que comunga do sensível, no qual de imediato se manifesta” (MBEMBE, 2018, p. 69). A esse juízo de identidade, se contrapõe uma declaração de identidade, que “se quer ao

² A concepção das identidades como “locais” parte das propostas do feminismo localista sistematizado por Susan Stanford Friedman (2017). A teórica propõe que a retórica geográfica da identidade “implica um movimento a partir da alegorização do ser em termos de organicismo, centros estáveis, núcleos e totalidades, para um discurso de identidades espacializadas constantemente em movimento” (FRIEDMAN, 2019, p. 523). A geografia da posicionalidade é influenciada especialmente pelos estudos pós-coloniais, para os quais as questões referentes aos movimentos no espaço possuem realidade material e urgência política. Essa perspectiva será de suma importância para articularmos conceitos que nos referenciaremos ao longo do texto.

mesmo tempo gesto de autodeterminação, modo de presença perante si mesmo, olhar interior e utopia crítica” (MBEMBE, 2018, p. 62). Essa declaração nos serve para compreender a diferença como prática afirmativa ou, como diz Audre Lorde, como “trampolim para uma mudança criativa em nossa vida” (LORDE, 2019, p. 240).

No que se segue, definimos que os deslocamentos pelo espaço geográfico implicam a constituição de novos territórios existenciais e para isso nos remetemos à conceitualização de Guattari e Rolnik (2011). Para circunscrever nossa análise, definimos os deslocamentos dos homens e mulheres escravizados como diáspora (HUA, 2005) e entendemos que os territórios existenciais constituídos se caracterizam como identidades rizomáticas (GLISSANT, 2005). Nesse contexto, o uso das propostas de Glissant (2005) será de suma importância para pensarmos como, no Haiti, os povos escravizados compuseram uma resistência que se qualifica como produção de possibilidades.

O fato das personagens mulheres formarem a principal camada narrativa nos demanda uma análise sobre as diferentes condições enfrentadas por elas. Realizamos uma análise das relações de gênero tendo em mente o conceito de Teresa de Lauretis (2019). Segundo a teórica, o gênero é tanto produto quanto processo da representação da “relação social preexistente ao próprio indivíduo e predica sobre a oposição ‘conceitual’ e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos” (LAURETIS, 2019, p. 126). Portanto, entendemos que o gênero como um conceito relacional que possui a função de constituir indivíduos concretos em sujeitos discursivos (homens e mulheres).

Debruçamo-nos com mais cuidado sobre protagonista na sua condição de mulher negra e escravizada. Para tal, nos referenciamos principalmente ao trabalho de Lugones (2019), onde é esclarecido que apesar dos colonizados serem sexualizados, eles não eram gendrificadas. As proposições de Lugones (2019) nos leva à reflexão sobre os limites da racionalidade do colonizador que, atravessado pelo racismo, não comporta a raça como diferença. Para entendermos tais limitações, analisamos o personagem Valmorain a partir das propostas de Deleuze e Guattari (1995).

Ao longo do artigo também nos remetemos a teóricas do feminismo negro, como Ângela Davis, Patricia Hill Collins e Lélia Gonzales. Os trabalhos dessas autoras nos foram essenciais para tecer uma análise crítica a partir dos tensionamentos epistemológicos que elas nos proporcionaram ao longo do estudo aqui apresentado.

Rotas sem fim: a desterritorialização existencial nas colônias

O enredo de *A ilha sob o mar* é dividido em duas partes. A primeira se passa na ilha de Saint-Domingue e é recortada pela infância e adolescência de Zarité, uma criança negra que é comprada como escrava doméstica por um migrante francês chamado Valmorain. Nesse primeiro momento, acompanhamos a colonização e a escravização exercidas pelos franceses, assim como a constante violência mobilizada por esse processo. A passagem da primeira parte do livro para a segunda é marcada pela insurreição dos negros de Saint-Domingue, pelas guerras pelo território e pela revolução que funda o Haiti. Frente à violência resultante de todo esse processo histórico, os personagens empreendem um deslocamento para Cuba. Mas, com a sobrecarga de refugiados, há uma crescente hostilidade dos cubanos em relação ao grande número de estrangeiros, o que exige dos personagens um novo deslocamento, dessa vez com destino a Nova Orleans, onde se estabelecem.

A narrativa é iniciada com a história de Valmorain, um personagem francês que precisa viajar para Saint-Domingue para administrar a plantação do pai. Logo no início de sua estadia, Valmorain estabelece uma relação de amizade com uma prostituta com ascendência africana, Violette. Após se conformar com o fato de viver na ilha, Valmorain decide se casar com uma cubana (Eugenia) e pede a Violette que compre uma escrava como presente para sua futura esposa. É nesse momento que Zarité é introduzida no enredo, ela é a criança que é comprada como presente de casamento para Eugenia. A partir desse núcleo de personagens acompanhamos o crescimento e a vida de Zarité acontecendo em paralelo com os tensionamentos que desencadeiam as guerras no território caribenho. Na segunda parte do livro, já em Nova Orleans, Valmorain decide se casar pela segunda vez. Sua segunda esposa se chama Hortense, uma descendente de franceses que interfere na dinâmica doméstica ao exigir que Zarité e os filhos de Valmorain sejam expulsos de casa e enviados para diferentes destinos.

O constante estado de imprevisibilidade e a contingência dos laços entre os personagens retratam a produção de solidão comum à experiência da colonialidade. Além disso, as identidades dos personagens em diáspora precisam ser revistas e refeitas a partir de um lugar de origem que nunca permanece o mesmo. O resultado é uma rota enquanto um estado contínuo, em que a origem e a chegada se confundem, tal qual comenta Roland Walter:

Essa mobilidade entre lugares e culturas, escolhida ou imposta, está imbuída de ambiguidade e ambivalência epistêmica no sentido de que a passagem entre a origem e a chegada parece, muitas vezes, não ter fim: entre a raiz de origem fragmentada e a raiz da chegada desejada – e muitas vezes diferidas – surge a rota enquanto estado contínuo (WALTER, 2015, p. 614).

Enquanto habitam Saint-Domingue, os personagens escravizados contam a história do seu passado remetendo ao continente africano. Porém, quando eles se deslocam para Nova Orleans, precisam reconfigurar suas histórias e suas origens, de modo que suas identidades precisam ser hifenizadas para dar conta da multiplicidade de suas diásporas. Diferente dos personagens brancos e livres, os personagens circunscritos pela condição de escravidão nunca sentem que atingiram o ponto de chegada de sua rota. Essa sensação é uma consequência da desterritorialização radical a que são submetidos.

Apesar da história permanecer em constante movimento, os personagens estão sempre a procura de territórios relativamente estáveis. Esses territórios, porém, não se resumem ao terreno geográfico por onde circulam, eles dizem respeito também às formas que suas existências se configuram. Sobre a ideia de território existencial remetemos à síntese conceitual apresentada por Guattari e Rolnik:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (GUATTARI, ROLNIK, 2011, p. 388).

A partir dessa conceitualização, podemos entender que o deslocamento pelo território geográfico implica a constituição de novos territórios existenciais. No romance, os deslocamentos que acontecem dos continentes europeu e africano para Saint-Domingue, de Saint-Domingue para Cuba e de Cuba para os Estados Unidos exigem que os personagens constituam novos territórios existenciais. A especificação do contexto colonial é a ameaça constante de uma nova desterritorialização.

A resistência como produção de possibilidades

O processo existencial que pretendemos pôr em questão não se restringe ao dos indivíduos, mas diz respeito, principalmente, àquele vivenciado por uma multidão em

deslocamento. Entendemos que os deslocamentos que aparecem no romance podem ser entendidos como diaspóricos (HUA, 2005). Segundo Hua (2005), a diáspora demanda a constituição de conexões entre múltiplos estratos de uma população com o objetivo de criar redes de relações que sustentem o senso de comunidade. É por essa necessidade de sustentação que a língua *créole* e a religião vodu se fazem presentes no enredo.

Na primeira parte do romance, Zarité narra diversas experiências de êxtase em rituais religiosos. Para descrever tais situações, Allende utiliza imagens metafóricas, mantendo os termos próprios da tradição. É possível entender que a autora evita um processo de colonização pela linguagem ao reconhecer a impossibilidade traduções desses termos. Como resultado, a descrição destes rituais exige que o leitor se implique na criação das visões imagéticas. Como exemplo, podemos observar o trecho a seguir:

As *hounsis* dançavam em volta do *poteau-mitan*, movendo-se como flamingos, agachando-se, levantando-se, os pescoços ondulantes, os braços alados, e cantaram chamando os *loas*, primeiro *Légbé*, como sempre se faz, depois os outros, um por um. A *mambo*, Tante Rose, traçou o *vévé* em torno do tronco sagrado com uma mistura de farinha para alimentar os *loas* e de cinza para honrar os mortos (ALLENDE, 2019, p. 169).

Esses momentos possuem uma importância particular para a protagonista e permanecem ecoando no seu corpo até o fim do romance. No contexto colonial do Haiti, a prática vodu e a língua *créole* permitiram a composição de sentidos a partir da formação de um coletivo. Segundo Ahn Hua, “para evitar uma assimilação ou uma amnésia social sobre suas histórias coletivas, o povo diaspórico tenta reviver e inventar suas práticas e produções artísticas, linguísticas, econômicas, religiosas e culturais” (HUA, 2005, p. 193, tradução nossa)³. Tais práticas dizem respeito a um processo de resistência à assimilação e à associação do colonizador, constituindo também uma base para a invenção de novas formas de existência.

É possível aproximar essa produção de possibilidades de existência do conceito de “conversão do ser” que Glissant (2005) explora através da ideia de criouliização. A partir da definição do “migrante nu” como aquele que foi despojado de todos os elementos de sua vida para ser transportado à força para o continente americano (GLISSANT, 2005, p. 17), o autor delineia a necessidade de recompor manifestações culturais. Diante do desnudamento da existência, esses migrantes produziram novas práticas de resistência a partir dos seus próprios processos de subjetivação. Essa produção de existência se dá por um pensamento de

³ No original: “to avoid social amnesia about their collective histories, diasporic people attempt to revive, recreate, and invent their artistic, linguistic, economic, religious, cultural, and political practices and productions”.

rastro/resíduo, que desafia a “falsa universalidade dos pensamentos de sistema” (GLISSANT, 2005, p. 20). Segundo Glissant:

A criouliização exige que os elementos heterogêneos colocados em relação “se intervalorizem”, ou seja, que não haja degradação ou diminuição do ser nesse contato e nessa mistura, seja internamente, isto é, de dentro para fora, seja externamente, de fora para dentro. E por que a criouliização e não a mestiçagem? Porque a criouliização é imprevisível, ao passo que poderíamos calcular os efeitos de uma mestiçagem (GLISSANT, 2005, p. 22).

Pela via do rastro, a criouliização não funciona por hierarquias ou pelo pensamento arborescente (DELEUZE; GUATTARI, 1995), mas por lógicas rizomáticas. Diferente da árvore ou da raiz que precisam se fixar em um ponto e assumir uma imagem, o rizoma não se funda em uma unidade principal, mas funciona por entradas múltiplas e heterogêneas onde um ponto pode se conectar a qualquer outro. No rizoma não há hierarquizações do ser: uma flor ou um fruto podem brotar de qualquer lugar.

É a partir dessa lógica rizomática que há uma produção de resistência através dos laços comunitários do romance. Percebemos, por exemplo, essa resistência ser operada pela língua *créole*. Em um dado momento da narrativa, o médico Permetiere procura se aproximar da mambo Tante Rose e encontra dificuldade de entender o que os escravizados da plantação dizem. Nesse contexto, Zarité atua como mediadora, exercendo a função de ponte ativa entre a realidade do colonizador e a do escravizado. Consta:

O doutor não entendia as palavras da canção dos trabalhadores. Fazia muitos anos que estava na ilha, e seu ouvido havia se acostumado ao *créole* da cidade, uma derivação do francês, entrecortado e com um ritmo africano, mas o *créole* das plantações era incompreensível para ele, porque os escravos haviam-no transformado numa espécie de código incompreensível para os brancos; por isso necessitava de Tété como tradutora (ALLENDE, 2019, p. 86).

O *créole* tem função de exercer resistência à vigilância, sendo constituído por transformações ativas de estabilidade sempre relativa. É possível perceber que a resistência, aqui, está muito distante da ideia de ressentimento ou de impossibilidade de trânsito, funcionando como uma força criadora de modos de vida. Em *A ilha sob o mar*, a resistência produz linguagem, cultura, êxtase e possibilidades de existir, sendo, portanto, uma prática afirmativa.

Apesar da história tomar rumos incontrolláveis, as coalizões desafiam o que é posto como moral e natural pela lógica eurocentrada. Esse tipo de relação é causa e consequência de uma formação que Glissant (2005, p. 27) define como identidades rizomáticas. Fazendo referência ao conceito de rizoma, as identidades rizomáticas vão ao encontro umas das outras, tendo como produto configurações que não param de fragilizar a moral colonial, além de não

se deixarem capturar por uma representação estanque ou arborescente. Essa formação fica evidente quando, ao migrarem para Nova Orleans, o conjunto de personagens mulheres converge e forma um laço comunitário por afinidade. Esse pequeno grupo desafia a noção de família entendida como bloco estruturante da sociedade, pois é constituído preponderantemente por mulheres. É só a partir dessa nova conformação coletiva que há espaço para a principal relação de amor romântico da narrativa: o amor incestuoso entre Rosette e Maurice.

Tanto Rosette quanto Maurice são filhos de Valmorain, a primeira tem Zarité como mãe e o segundo é filho de Eugenia. Esses irmãos nutrem uma paixão recíproca desde a infância. No decorrer da narrativa, acompanhamos Rosette minguar da figura de uma menina forte, enérgica e confiante para uma mulher introspectiva e solitária, como se a civilidade colonial impusesse à personagem uma existência muito restrita. Por outro lado, Maurice, que era um menino tímido e fraco, continua tímido e fraco, mas com a possibilidade de circular, de falar e de tomar decisões sobre si. É nítido que a diferença do desenvolvimento desses dois personagens é estabelecida pelas suas diferenças de gênero e de raça.

O amor entre esses dois irmãos só pode ser romantizado dentro de uma narrativa que constrói uma crítica à convenção familiar. Essa reflexão acontece na fala de Parmetiere que, ao pensar em uma solução para a admissão do amor entre os irmãos, coloca que, dentro de uma lógica colonial, seria hipocrisia não aceitar essa relação incestuosa:

[...] não seria a primeira vez que algo assim acontecia. A promiscuidade dos padrões com suas escravas se prestava a todo tipo de relações confusas, acrescentou. Ninguém sabia ao certo o que acontecia na intimidade das casas e menos ainda nas plantações. Os *créoles* não davam demasiada importância aos namoros entre parentes de raça diferente – não só entre irmãos, mas também entre pais e filhas – enquanto não se tornavam públicos. Já o namoro de brancos com brancos era intolerável (ALLENDE, 2019, p. 436)⁴.

Dessa forma, Rosette e Maurice desafiam a instituição social da família, se casam e concebem um filho. É importante notar que nem essa família incestuosa se constitui enquanto nuclear, visto que Rosette morre no parto e Maurice abandona a criança para se tornar explorador. A filha do casal é criada pela avó, Zarité.

A animalização da mulher negra

Com o decorrer da leitura, percebemos que as mulheres formam a principal camada narrativa, de modo a sustentarem todos os arcos do romance. Mesmo ocupando um posto

⁴ É importante notar que aqui o termo *créole* possui um significado diferente daquele utilizado para analisar a língua *créole* que se constituiu em Saint-Domingue. Na Louisiana, o termo designava os colonos brancos de ascendência francesa e/ou espanhola.

marginal na sociedade, essas personagens estão sempre agindo no intuito de empreender algum agenciamento sobre suas vidas. Apesar do devir existir enquanto potência em todas elas, entendemos que a materialização dessa força se manifesta com maior facilidade naquelas que são autorizadas a jogar o jogo da dominação masculina.

Se por um lado Quijano (2005) nos mostra que o colonialismo funciona através da racionalidade capitalista, Lugones (2008) afirma que ele também opera pelas instituições patriarcais. Por intermédio do cruzamento desses dois teóricos, podemos compreender a forma que as mulheres do romance são definidas (quase todas, com exceção de Tante Rose) como objetos sexuais, de modo que essa objetificação é delineada pela lógica do consumo.

Podemos acompanhar, por exemplo, a maneira que Valmorain consome três mulheres de modos diferentes durante o romance. Aqui, nos referimos às diferenças nas relações que ele estabelece com Hortense, Violette e Zarité. Hortense é consumida como uma reprodutora, Violette como profissional do sexo e Zarité como um mero buraco.

Pensando na agência que Hortense e Violette⁵ possuem, podemos traçar um retrato do uso do sexo como instrumento de poder. Esse uso só é possível porque essas personagens são autorizadas a circular dentro do território da diferença e, dessa forma, conseguem tensionar o lugar reservado a elas pelo discurso masculino. Hortense encarna o papel de reprodutora e suas preocupações giram em torno de gerar herdeiros. Essa preocupação não é inocente, Hortense entende que a capacidade de dar herdeiros a Valmorain confere a ela um poder de influência tanto nas decisões doméstica quanto nos negócios do marido. Por outro lado, Violette mimetiza o desejo masculino de forma quase esotérica: ela se adianta ao desejo dos homens e performa um profissionalismo sexual que garante a ela o respeito e a amizade dos mesmos.

Para as mulheres brancas que não respondem às demandas masculinas resta o suicídio. Esse é o fim que tem Eugenia, a primeira esposa de Valmorain. Eugenia, que já parecia possuir uma maior fragilidade mental, entra em processo de enlouquecimento ao se ver impossibilitada de cumprir seu papel de reprodutora. A personagem sofre abortos espontâneos durante toda sua vida e mal passa por um processo abortivo já se encontra novamente grávida. É possível observar que esta personagem vai sendo escamoteada até se tornar “a louca da casa” e se matar.

Entretanto, se quisermos entender a forma que Zarité é consumida, devemos notar que ela vive uma experiência muito diversa das personagens citadas acima. A forma como mulheres brancas e negras ocupam lugares diferentes na sociedade colonial é constantemente expressa

⁵ Apesar da ascendência africana, Violette possui a pele clara, o que garante uma ambiguidade na sua circulação pelos espaços públicos, assim como a especificidade na relação que ela estabelece com os homens.

no romance. Podemos observar isso de maneira muito explícita no trecho onde Violette se encontra com Adèle, com quem o médico Parmetire mantém um relacionamento amoroso:

Naquela noite, um pelotão de soldados escoltou as mulheres e as crianças ao barco. Adèle era uma mulata escura e gorda, sem muito atrativo à primeira vista, mas de uma doçura e bom humor inesgotáveis. Ninguém deixaria de notar a diferença entre ela, vestida como uma criada e decidida a permanecer na sombra para cuidar da reputação do pai de seus filhos, e a bela Violette com seu porte de rainha. Não eram da mesma classe social, separavam-nas vários graus de cor que, em Saint-Domingue, determinavam o destino, assim como o fato de que uma era a costureira e a outra sua cliente, mas se abraçaram com simpatia, já que enfrentariam juntas as incertezas do exílio (ALLENDE, 2019, p. 179).

Como Lugones (2008) aponta, no processo colonial, a debilidade dos corpos e mentes das mulheres brancas foi socialmente construída para que houvesse uma redução e uma reclusão das mesmas aos domínios domésticos da vida. Se, por um lado, essas mulheres possuíam como características cruciais a pureza e a passividade, por outro as mulheres negras eram animalizadas e, a partir disso, desumanizadas. Ainda segundo Lugones (2019), para entender a vivência das mulheres negras no contexto colonial é preciso operar por uma chave conceitual diferente daquela utilizada para analisar os problemas de gênero.

Lugones (2019) traça a diferença das experiências da mulher burguesa e da mulher escravizada a partir da definição do não humano: “a hierarquia dicotômica entre os seres humanos e não humanos é a dicotomia central da modernidade colonial” (LUGONES, 2019, p. 358). A teórica destaca que a mulher europeia burguesa tinha uma identidade definida a partir da diferença em relação ao homem, sendo o homem, branco e europeu a referência universal para que essa operação acontecesse. Por outro lado, a partir de uma lógica perversa, os homens colonizados não eram entendidos como humanos, mas como aberrações e bestialidades. Como consequência, a mulher colonizada não era pensada em relação ao homem em si, mas como a inversão do animal macho. Segundo a teórica:

Quando pensamos no macho colonizado não humano, precisamos lembrar da perspectiva civilizatória de um entendimento normativo do “homem” como o ser humano por excelência; fêmeas eram vistas de acordo com o entendimento normativo de “mulher” como a inversão dos homens. Desse ponto de vista, as pessoas colonizadas se tornavam machos e fêmeas; machos se tornaram não-humanos-como-não-homens, e fêmeas colonizadas se tornaram não-humanas-como-não-mulheres. Consequentemente, as fêmeas colonizadas nunca foram entendidas como faltantes, porque elas não eram comparáveis aos homens, sendo transformadas em viragos (LUGONES, 2019, p. 359).

Lugones nos mostra que os colonizadores tentaram racionalizar a relação com os colonizados a partir do processo de desumanização. Como o gênero é entendido como uma característica humana, os colonizados não seriam codificados como homens e mulheres, mas

como não humanos (machos e fêmeas). Dessa forma, a relação que Valmorain estabelece com Zarité difere daquela que ele empreende com as outras mulheres justamente por ela não ser apreendida, efetivamente, como mulher. Seguindo os apontamentos de Lugones (2019), entendemos que a leitura que devemos fazer da vivência de Zarité não é a identitária, mas da ordem da natureza. Como afirma a teórica:

se eu estiver certa sobre a colonialidade dos gêneros, na distinção entre o humano e o não humano, o sexo deveria ficar sozinho. O gênero e o sexo não poderiam ser inseparavelmente ligados e racializados. O dismorfismo sexual se tornou a base do entendimento dicotômico dos gêneros, uma característica humana. [...] Mas o importante para mim é destacar que o sexo foi pensado para estar sozinho na caracterização do colonizado. [...] tal transformação, dos colonizados em homens e mulheres, não seria uma transformação identitária, mas uma mudança de natureza (LUGONES, 2019, p. 360).

A partir disso, entendemos que Zarité não é autorizada a circular pelo território da diferença nem mesmo quando esta se configura como falta. O desafio que Zarité enfrenta não é o de personificar o objeto de desejo do homem, mas o da objetificação desumanizada. A animalidade, citada por Lugones (2019), é evidente na relação que Zarité estabelece com os constantes estupros sofridos durante o romance:

Para Tété era uma tarefa a mais, que cumpria em poucos minutos [...] Agradecia sua sorte, porque Lacroix, o dono da plantação vizinha a Saint-Lazare, mantinha um harém de meninas acorrentadas num barracão para satisfazer suas fantasias, e das quais participavam seus convidados e alguns negros que ele chamava de ‘meus potros’ [...] Tété havia aprendido a se deixar usar com a passividade de uma ovelha, o corpo frouxo, sem opor resistência, enquanto sua mente e sua alma voavam para outro lugar (ALLENDE, 2019, p. 113).

Nesse trecho, a menção de potros e ovelhas nos aproxima da condição delineada por Lugones (2019). No seu processo de amadurecimento, Zarité assume a postura retraída e mimetiza o comportamento demandado pelo patrão. Quando ainda é criança, é descrito que “Tété havia aprendido cedo as vantagens de se calar e obedecer às ordens com expressão vazia, sem dar mostras de entender o que acontecia ao seu redor” (ALLENDE, 2019, p. 43). As respostas que Zarité dá a Valmorain são tão artificiais que produzem uma ironia constrangedora que só não é percebida pelo próprio patrão.

Esse efeito de artificialidade nos mostra que a postura retraída de Zarité não é sinônimo de submissão. Como Patricia Hill Collins (2019) aponta, o silêncio da mulher negra atua como uma espécie de máscara por trás da qual existem atos de resistência. O silêncio, portanto, aparece aqui como uma estratégia e não como passividade. A consciência dessa resistência se torna visível quando, em “espaços seguros” (COLLINS, 2019, p. 276), observamos Zarité

expressar um conhecimento e uma corporeidade que lutam contra as imagens controladoras da colonialidade.

Apesar da importância dos agenciamentos coletivos, Allende representa Zarité como uma individualidade oprimida por todos os lados. Além das exigências do patrão, seus próprios aliados a aconselham a aceitar seu lugar de escravizada e se resumir ao que seria entendido como naturalmente feminino. Isso é observado quando, após uma tentativa de fuga de Zarité, Violette afirma que a protagonista “Tire o desejo de liberdade do coração” (ALLENDE, 2019, p. 52) com a justificativa de que Valmorain seria um bom patrão. A questão também é evidenciada quando Gambo, seu amante, se sente humilhado por fazer tarefas domésticas, as mesmas realizadas por Zarité. Mesmo compartilhando a escravização, Gambo expressa opiniões machistas que contribuem para circunscrever ainda mais o lugar de Zarité. Observamos no trecho:

Gambo preferia cortar cana ao trabalho humilhante da cozinha. “Se meu pai me visse, ele se levantaria dentre os mortos para me cuspir nos pés e me renegar, seu filho mais velho fazendo coisas de mulher. Meu pai morreu lutando contra os invasores de nossa aldeia, como é natural que morram os homens (ALLENDE, 2019, p. 128).

Identificando a vivência “natural” masculina com a guerra, Gambo acaba definindo que a natureza feminina é atrelada à domesticidade. Viver uma experiência doméstica é humilhante para um homem como Gambo, mas é natural para uma mulher como Zarité. Essa fala só poderia existir em uma convenção na qual a posição feminina é humilhante por si só, devendo as mulheres a aceitarem como um traço natural.

Apesar dessa característica aparecer na relação entre Zarité e Gambo, a presença desse tipo de discriminação dentro da comunidade escravizada não é um fato aceito de modo generalizado. Angela Davis (2016) levanta a hipótese de, dentro das comunidades negras, a divisão sexual do trabalho não acontecer de modo hierárquico e nem sempre ser rigorosa. Segundo Davis:

A questão que se destaca na vida doméstica nas senzalas é a da igualdade sexual. O trabalho que escravas e escravos realizavam para si mesmos, e não para o engrandecimento de seus senhores, era cumprido em termos de igualdade. Nos limites da vida familiar e comunitária, portanto, a população negra conseguia realizar um feito impressionante, transformando a igualdade negativa que emanava da opressão sofrida como escravas e escravos em uma qualidade positiva: o igualitarismo característico de suas relações sociais (DAVIS, 2016, p. 30).

De acordo com a teórica, a igualdade sexual era um fato característico da população negra colonizada. Levando isso em consideração, é importante questionar se a forma que

Allende representa a relação entre Gambo e Zarité não espelha a expectativa da branquitude em relação a um recorte de experiência muito específico, chegando ao ponto de reproduzir uma interpretação bastante estereotipada dessas relações de gênero.

O racismo não comporta a diferença

Podemos notar que os vários personagens concatenados pelo romance funcionam como alegorias das possibilidades de existência no contexto colonial. A partir das transformações intersubjetivas e das novas formações de identidade é possível pensar como a diferença entre o Eu e o Outro aparece no romance. No que se segue, analisamos essa questão a partir do personagem Valmorain.

Valmorain é o responsável pelo início da narrativa, sendo sua história de deslocamento da França para Saint-Domingue que introduz os outros fios narrativos. Esse personagem se autodefine como um homem de letras com ideais humanistas e liberais. Até ser chamado para a plantação e perceber que teria que abrir mão da sua vida na França, o personagem pretendia seguir uma carreira nas ciências. É perceptível que Valmorain representa uma espécie de estereótipo da elite intelectual da época. Para tornar o personagem ainda mais caricato é descrito que, durante sua estadia na França, seu livro de cabeceira era *O contrato social* de Rousseau. Por meio desse personagem é possível pensar sobre o paradoxo que a filosofia humanista enfrentava diante de uma humanidade que os colonizadores não reconheciam enquanto tal.

A ideia que Valmorain faz de si mesmo exige que ele procure justificativas racionais para seus atos e para a sua vida. Tentando sustentar um sentido lógico entre seus ideais filosóficos e o empreendimento da escravidão, Valmorain se comporta como indicado por Lugones (2019): codificando os escravizados como animais. É através desse personagem que acompanhamos o conjunto de manobras filosóficas empreendidas para sustentar o sistema político-econômico da colonização. A tentativa de racionalizar o racismo e a violência é uma característica do contexto colonial retratado por Allende que, como mostra Gonzales (2019), procurava constituir uma “ciência” da superioridade eurocristã. Segundo a teórica:

No decurso da segunda metade do século XIX a Europa transformaria tudo isso em uma tarefa de explicação racional dos (a partir de então) “costumes primitivos”, em uma questão de racionalidade administrativa de suas colônias. Agora, diante da resistência dos colonizados, a violência assumirá novos contornos, mais sofisticados; chegando, às vezes, a não parecer violência, mas “verdadeira superioridade” (GONZALES, 2019, p. 343-344).

O personagem Valmorain mostra como essa tentativa de empreender uma justificativa racional para a violência caduca em paradoxos e contradições. A óbvia hipocrisia e falta de

simetria entre sua vida e seus ideais causa tanto desconforto que, ao se estabelecer nos Estados Unidos, o personagem se sente aliviado com uma realidade diferente: o custo dos escravos era alto, logo, suas vidas tinham mais valor. Tal alívio é narrado no seguinte trecho:

Agora existia uma razão prática para cuidar dos escravos, e não apenas dos escrúpulos humanitários que podiam ser interpretados como fraqueza. O pior dos vinte e três anos em Saint-Lazare, [...] havia sido o exercício do poder absoluto sobre outras vidas, com toda a sua carga de tentações e degradação. [...] Começou a sonhar com uma plantação modelo capaz de produzir tanto açúcar como Saint-Lázare, mas onde os escravos levassem uma existência humana (ALLENDE, 2009, p. 253).

Allende deixa evidente que existe uma ironia na admissão da humanidade do outro que ocorre em prol de uma vaidade própria. Valmorain não se sente aliviado pelos escravizados poderem viver de forma melhor, mas sim por ele não precisar mais sustentar as contradições de sua própria vida.

A partir do arco desse personagem, observamos como a alteridade tensiona a tradição epistemológica do Ocidente. A diferença racial entre o Eu e o Outro se torna paradoxal no viés racista dos colonizadores, pois, como afirmam Deleuze e Guattari (2012), o racismo não comporta a diferença:

O racismo procede por determinação das variações de desvios, em função do rosto do Homem branco que pretende integrar em ondas cada vez mais excêntricas e retardadas os traços que não são conformes, ora para tolerá-los em determinado lugar e em determinadas condições, em certo gueto, ora para apagá-los no muro que jamais suporta a alteridade (é um judeu, é um árabe, é um negro, é um louco..., etc.). Do ponto de vista do racismo, não existe exterior, não existem as pessoas de fora. Só existem pessoas que deveriam ser como nós, e cujo crime é não o serem (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 50).

Os teóricos argumentam como o racismo não reconhece a diferença, pois nele não há a possibilidade do Outro enquanto negro, mas apenas do negro enquanto desvio do Homem branco. Mesmo quando o colonizador procede a partir da determinação da variação (e não da diferença), ele o faz para tolerar ou para apagar a “desviação”.⁶ Dentro de uma lógica de delegação representacional, o Homem branco é definido pelos seus semelhantes e constitui grupos com um centro comum. Retomando a explicação de Lugones (2019), se as mulheres

⁶ É importante apontar que essa interpretação da experiência colonial vai variar de acordo com o local analisado. Como mostra Young (2001), as colonizações da França e da Inglaterra vão diferir na forma de lidar com a diferença. Enquanto a França procurou assimilar as diferenças culturais dos colonizados à própria cultura colonizadora, a Inglaterra empreendeu uma associação entre uma e outra. Em termos práticos, a assimilação tendia a negar a diferença e a associação, a apagá-la. Gonzales (2019) também descreve duas formas de racismo que aparecem de acordo com as particularidades de cada modo de colonização: o racismo aberto (característico das sociedades de origem anglo-saxônica, germânica ou holandesa) e o racismo disfarçado (comum às sociedades de origem latina).

brancas ocupavam o lugar marginalizado do não homem, o negro colonizado não era apreendido nem mesmo como a margem desse corpo social.⁷

É nesse sentido que Allende apresenta o comportamento de Valmorain: um branco que acredita sustentar um traço universal do humano e que só se relaciona com os personagens negros através da tolerância ou do apagamento. Para Valmorain, não existe o Outro negro, pois sua cognição racista não possui meios para apreender essa alteridade. A falha cognitiva parece ficar clara na cena onde Valmorain, idoso, exige que Zarité permaneça sendo sua cuidadora:

Espantada, compreendeu que seu antigo patrão não tinha a menor suspeita do quanto ela o detestava, nada sabia da pedra negra que levava no coração desde que ele a violara aos onze anos, não conhecia a culpa ou remorso; talvez a mente dos brancos nem mesmo registrasse o sofrimento que causavam aos outros. O rancor só a havia angustiado, sem sequer ter passado perto dele. (ALLENDE, 2019, p. 458)

Zarité fica surpresa com a falta de consciência de Valmorain sobre a violência que ele empreendeu sobre a sua vida. Valmorain ainda insiste com o argumento: “Faça isso em nome de tudo que passamos juntos e dos nossos filhos” (ALLENDE, 2019, p. 458), ao que Zarité reflete: “Quis explicar a Valmorain que, por aquelas mesmas razões, não podia ajudá-lo: pelo que haviam passado juntos, pelo que sofrera quando era sua escrava e por seus filhos” (ALLENDE, 2019, p. 458).

Como o raciocínio de Valmorain é pautado por uma epistemologia que não comporta a raça como diferença, ele carece de uma sensibilidade básica em relação ao sofrimento que empreendeu sobre a vida de Zarité. Essa cena levanta a problemática da consciência e da responsabilidade já que Allende destaca uma espécie de incapacidade de Valmorain reconhecer sua violência enquanto tal. Mesmo entendendo que a naturalização da violência racial é um sintoma da tecnologia colonial de opressão e exploração, a tendência de patologizar o racismo não parece uma conclusão eficiente, pois pode tender a desresponsabilizar os colonizadores das violências cotidianas. Como Allende não aprofunda a exploração da subjetividade do personagem, essa questão é colocada, mas não é respondida, o que pode ser uma escolha feliz dentro da função da literatura em incitar os questionamentos ao invés de tecer uma resposta totalizadora.

⁷ Essa conclusão nos leva para o conceito de abjeto explorado por Butler: “o sexismo, a homofobia e o racismo, o repúdio de corpos em função do seu sexo, sexualidade e/ou cor é uma ‘expulsão’ seguida por uma ‘repulsa’ que fundamenta e consolida identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação de sexo/raça/sexualidade. [...] O que constitui mediante divisão os mundos ‘interno’ e ‘externo’ do sujeito é uma fronteira e divisa tenuamente mantida para fins de regulação e controle sociais. A fronteira entre o interno e o externo é confundida pelas passagens excrementícias em que efetivamente o interno se torna externo, e essa função excretora se torna, por assim dizer, o modelo pelo qual outras formas de diferenciação da identidade são praticadas. Com efeito, é dessa forma que o Outro ‘vira merda’.” (BUTLER, 2017, p. 231)

Conclusões provisórias

A partir dos dados apresentados é possível compreender que, em *A ilha sob o mar*, a perspectiva histórica narrada pela objetividade de uma voz em terceira pessoa é transpassada pela perspectiva subjetiva de uma personagem que vive uma condição de subalternidade dentro da sociedade colonial. Zarité oferece a percepção de um povo que, diante do desnudamento da vida, produz resistência pela criação de uma língua, uma religião e uma cultura.

Acompanhamos a formação de laços comunitários como redes que sustentam existências e relações, muitas vezes indo contra as instituições da família e do capital. Essas redes relacionais acontecem, muitas vezes, de modo imprevisível a partir da coalizão de personagens que compartilham afinidades. Na segunda parte do livro, é possível observar uma rede de coalizão formada pelas personagens mulheres com ascendência africana que migram para Nova Orleans. Essas mulheres constituem a principal camada narrativa do romance, de forma que todos os outros arcos do enredo passam, necessariamente, pelas suas histórias. Porém, Allende marca a diferença da vida dessas mulheres a partir da raça e da classe. Nesse sentido, mesmo que todas as mulheres sejam vistas pelos homens como objetos de consumo, a mulher negra possui uma experiência radicalmente diferente por ser, além de tudo, animalizada.

A animalização decorre do fato do racismo não comportar a raça como diferença, codificando-a como desviança. A racionalidade do colonizador sofre uma espécie de falha cognitiva ao não conseguir assimilar a alteridade dos homens e mulheres negros dentro da sua perspectiva de “humanidade”. Porém, a conquista de uma voz ativa irá demandar uma nova relação intersubjetiva entre brancos e negros. Isso é evidente quando Zarité pode responder “não” às demandas de cuidado emitidas por Valmorain. Se, na primeira metade do romance, Zarité precisa dar respostas que sempre confirmam as crenças de Valmorain, após a conquista de sua liberdade, ela é capaz de articular uma negativa e, com isso, performar uma postura afirmativa a partir do lugar da diferença.

REFERÊNCIAS

- ALLENDE, Isabel. **A ilha sob o mar**. Trad. Ernani Ssó. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. *In*:
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Trad. Natália Luchini. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 271-310.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Regina Candiani. São Paulo: Boi Tempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto. São Paulo: Ediotra 34, 1995.
- _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Vol. 3. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2012.
- FRIEDMAN, Susan. “Além” do gênero: a nova geografia da identidade e o futuro da crítica feminista. *In*: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília. **Traduções da cultura: Perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Trad. Alcione Cunha da Silveira e Sandra Regina Foulart Almeida. Maceió/Florianópolis: EDUFAL/Editora da UFSC, 2017, p. 519-574.
- GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma Poética da Diversidade**. Trad. Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.
- GONZALES, Léila. A categoria político-cultural da Amefricanidade. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 341-352.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HUA, Anh. Diaspora and Cultural Memory. *In*: AGNEW, Vijay. **Diaspora, Memory, and Identity**. Toronto: University of Toronto Press, 2005, p. 191-208.
- LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*:
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Trad. Léa Sussekind Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 239-249.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Trad. Pê Moreira. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 357-377.

_____. Colonialidad y Género. *In*: **Tabula Rasa**, No. 9, Bogotá, jul-dez, 2008, p. 73-101.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2005, p. 117-142.

WALTER, Roland. Multi-Trans-Intercultura: Literatura, Teoria Pós-Colonial e Ecocrítica. *In*: SEDYCIAS, João. **Repensando a Teoria Literária**. Recife: EdUFPE, 2015, p. 605-660.